

“*Correio da Roça*”

Ficção literária e transformação social no Brasil

Luciana Murari

Doutora em história social pela Universidade de São Paulo

Professora do Centro Universitário Newton Paiva

Pesquisadora da Fundação João Pinheiro

A literatura de ficção do período entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX é uma fonte privilegiada para o estudo dos projetos de transformação da sociedade brasileira esboçados pela intelectualidade da época. Estes projetos caminhavam em direção ao aprimoramento técnico, à educação para o trabalho, à formação de uma infra-estrutura de apoio à produção, à concepção da natureza como um conjunto de recursos disponíveis para uso – em suma, à sintonização do Brasil com a racionalidade das sociedades modernizadas, direcionadas para expansão das forças produtivas e o crescente aprimoramento tecnológico. Através de uma prosa reformista e por vezes revolucionária, vislumbrava-se a superação da origem colonial, identificada com o primitivo e o decadente. O meio rural foi o cenário privilegiado por esta literatura, e a partir de sua representação tratava-se de imaginar o futuro, e também de repensar o passado como instância de formação, simultaneamente signo da identidade nacional e raiz dos males que afligiam o país. A fabulação dos enredos descrevia trajetórias de personagens capazes de empreender mudanças redentoras, conferindo à ficção um papel pedagógico, messiânico e utópico, que traduzia em imaginação literária um discurso modernizador em voga entre literatos, ensaístas sociais, políticos e cronistas da época.

A literatura de ficção acabava, assim, por confluir com uma das correntes político-ideológicas mais influentes no Brasil das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, o ruralismo. Esse movimento, inserido no contexto de um reordenamento político das classes rurais sob a égide do regime republicano, expressava conflitos pela obtenção de benefícios estatais e, embora não pudesse ser tido como homogêneo ou coeso, congregava os partidários da tese da *vocação agrícola brasileira* em torno de medidas anti-industrialistas, do aprimoramento técnico das atividades agropecuárias, e da defesa da policultura, seja como alternativa à instabilidade da economia cafeeira ou como mecanismo de fortalecimento de regiões pouco dinâmicas na economia brasileira. O pensamento ruralista contribuiu para inserir o mundo rural nos projetos de transformação da sociedade, no entusiasmo pelas inovações técnicas e pelo conhecimento científico, na ânsia de atualização que caracterizava uma elite modernizadora que se queria afinada

com o progresso europeu e norte-americano. Para esta elite, tratava-se de promover a superação dos métodos rotineiros e precários que imperavam no meio rural brasileiro, através da ampla adoção de inovações técnicas que pudessem tornar a produção agropecuária mais eficiente, produtiva e competitiva. Isso só seria possível a partir de uma política de reeducação do homem do campo, disciplinando-o para o trabalho sistemático e a racionalidade da acumulação e do aprimoramento, sob a direção conscienciosa de técnicos agrícolas especializados. A industrialização da produção agropecuária foi freqüentemente apontada como uma das fórmulas mais eficientes de fortalecimento da economia brasileira, mas desde que a indústria fosse sempre submetida às demandas de fortalecimento do setor primário.¹

A ampla aceitação da tese da *vocação agrícola*, mesmo entre os setores urbanizados e mais modernos da vida brasileira, demonstra a centralidade ainda assumida pelos valores da agricultura no horizonte cultural do país. Tratava-se, naquele momento, de fazer com que o mundo rural fosse incorporado ao horizonte da modernização, e para tal era necessário ultrapassar a associação simbólica, bastante viva entre a intelectualidade brasileira, do campo com o passado. Em termos ideológicos, o campo era visto sob a ótica da barbárie e do anacronismo, mas possuía também virtudes intrinsecamente positivas, como a autenticidade, a profundidade e o amparo da tradição, e estas virtudes poderiam ser capitalizadas pelos projetos nacionalistas. É importante frisar que a afirmação da *vocação agrícola do Brasil* adquiria, na visão de intelectuais de perfil conservador, também um sentido defensivo: num momento em que a chamada *questão social*, identificada sobretudo com a aglomeração de proletários nos grandes centros urbanos e industriais, despertava grande inquietação, a ênfase no campo e na economia agrícola era apontada como uma fórmula natural para que o problema não chegasse a atingir o país. Levando-se em conta que o mais difundido símbolo da nacionalidade naquela época era a figura pouco lisonjeira do Jeca Tatu,² a modernização do campo encontra expressão privilegiada através da linguagem da utopia, e da mobilização de algumas das panacéias da intelectualidade brasileira da época: a educação, a técnica, o aperfeiçoamento dos meios de transporte.

Um dos exemplares mais eloqüentes desta literatura ruralista, premida entre o intuito pedagógico e o sonho de redenção do campo brasileiro é *Correio da roça*, romance epistolar de Júlia Lopes de Almeida publicado em 1913. Este é construído a partir da virtual reprodução da correspondência entre duas amigas cujas trajetórias são subitamente separadas: enquanto Fernanda segue vivendo entre as temporadas européias e as atribulações da grande cidade, sempre a par das novidades tecnológicas e culturais da vida moderna, Maria se vê obrigada pela viuvez e pelo empobrecimento a recolher-se a uma modesta vida no campo, juntamente com suas quatro jovens filhas. Inicialmente, o exílio rural é visto pelas lentes da decadência, do abandono e do atraso, a partir de uma perspectiva melancólica já bastante difundida pela literatura da época. Porém,

instadas pela amiga cidadina, as cinco mulheres iniciam uma trajetória bem sucedida de transformação, à medida que o campo deixa de ser o espaço da tradição – associada aqui, negativamente, à rotina, à indolência e à ignorância do “caboclo” brasileiro – para tornar-se o novo espaço da expansão produtiva e do aprimoramento tecnológico, sob a direção vigilante e empreendedora de personagens urbanos empenhados numa espécie de missão *pela civilização dessa gente do povo que lhes rodeia a fazenda e que vegeta mais do que vive, sem proveito nem glória para o Brasil nem para si*.³

A civilização é definida como frívola, mórbida e artificial face à vida mais *higiênica* e autêntica do campo, mas todo o romance é conduzido a partir da cidade, que fornece as mudas de plantas e as sementes, as revistas informativas e o conhecimento técnico necessário para a solução dos grandes males da agropecuária brasileira. O projeto transformador proposto pela autora envolve também uma defesa da reeducação das elites, à medida que são valorizados sobretudo a formação técnica, o espírito prático e a capacidade empreendedora, em detrimento do intelectualismo abstrato e da formação humanística e artística. Esse aspecto não é explicitado pelo discurso pedagógico do texto, mas está subjacente, por exemplo, na proposta de “aproveitamento” prático da formação que havia sido recebida pelas personagens femininas com o único intuito de abrilhantar sua vida social no Rio de Janeiro: o conhecimento de línguas estrangeiras seria útil à comunicação com os colonos e à leitura de manuais agropecuários; habilidades de desenho e pintura facilitariam o planejamento dos projetos de plantio e jardinagem, ao passo que a formação musical viria a contribuir para sua percepção da natureza. Os heróis masculinos do romance são engenheiros especializados, voltados para a implantação de uma infraestrutura de transporte e apoio à produção, e um agricultor moderno, informado sobre as novidades tecnológicas e empenhado na diversificação da produção. Na verdade, são estes os grandes responsáveis pela *realização* dos projetos transformadores esboçados pelo romance, pois às mulheres são reservadas funções pedagógicas e assistenciais, fundamentadas por suas inclinações afetivas em direção às crianças, que cabia educar para o trabalho, e aos fracos e doentes, que deveriam receber o suporte da comunidade. O que se observa, no decorrer do romance, é a realização de um projeto definido como a *ressurreição* do meio rural brasileiro. A mobilização de termos e de metáforas de origem religiosa é uma constante nesta literatura ficcional que concilia a divulgação de métodos e princípios de implantação de melhorias técnicas, e a utopia de construção de uma comunidade ideal, do ponto de vista da racionalidade, da ética, da assistência social e da prosperidade.

Curiosamente, mesmo os romances utópicos voltados para a transformação da vida urbana e da sociedade industrial reservaram um papel de grande importância à atividade agrícola e ao campo, sobretudo do ponto de vista dos valores morais a eles associados: a autenticidade da vida rural, o fortalecimento do vínculo com a terra como forma de afirmação da identidade nacional, a

idéia de regeneração moral associada ao trabalho no campo. Exemplo disso é *Regeneração Nacional: crônica da sociedade brasileira futura, ou São Paulo no ano 2000*, de Godofredo Emerson Barnsley, publicada em 1909. Esta, embora concentrada na idealização do progresso da capital paulistana, confirma a tese da vocação agrícola, afirmando que *o nosso futuro está na lavoura, que, larga e intensamente desenvolvida, poderá levar o país a uma prosperidade invejável*.⁴ O mesmo se observa na narrativa utópica *O reino de Kiato*, de Rodolfo Teófilo, de 1922, excêntrica fabulação de uma sociedade ideal, técnica e culturalmente superior, na qual é o trabalho com a terra é dotado de uma função regeneradora e educadora. Em Kiato, um dos mais poderosos agentes de superação da decadência moral havia sido o ensino agrícola obrigatório para todos os cidadãos. Este, como substituto do serviço militar, teria possibilitado a superação do belicismo e dos conflitos de classe, por meio da implementação de um sentido de fraternidade fundamentado pela noção de continuidade temporal e de vinculação de todos a um mesmo espaço geográfico.⁵ Tanto *Regeneração nacional* quanto *O Reino de Kiato* confirmam o receituário de reforma social no campo esboçado em *Correio da Roça*: o aperfeiçoamento técnico-científico da lavoura, o disciplinamento do trabalho, a superação da monocultura e da grande propriedade de terras, a criação de uma arrojada infra-estrutura de apoio à produção e ao comércio, a educação do homem do campo para o trabalho e das elites para as atividades práticas relacionadas ao aprimoramento tecnológico da atividade rural.

A partir da mudança das relações do homem brasileiro com a terra foram assim delineados projetos ambiciosos de renovação da sociedade. Alguns dos exemplos mais significativos desta tendência são encontrados na literatura de vieses anarquistas do período que, contudo, apresentava em seu conteúdo programático diversos pontos de convergência com as propostas defendidas por parcelas da elite agrária e pelas camadas médias urbanas e intelectualizadas, partidárias da modernização agrícola, da diversificação da produção, da inovação tecnológica, da conversão da natureza em matéria-prima e fonte de energia, da conservação florestal e, sobretudo, da tese da *vocação agrícola* do Brasil. Esta era por certo a face mais explicitamente conservadora destes projetos, que viam na sociedade rural um elemento de estabilidade, permanência e continuidade com o passado, uma espécie de defesa natural contra as ameaças da modernidade, em seu ritmo inquietante, acelerado e irrefreável de ruptura com as tradições. O progressismo cientificista da literatura libertária acabou por aproximar suas propostas de reforma ao discurso ruralista e às propostas da elite intelectual da época, do ponto de vista da adoção de mecanismos similares de transformação da sociedade a partir da confiança inabalável no poder da técnica. Na leitura de uma obra como *Ideólogo*, de Fábio Luz, observa-se ainda a afirmação das virtudes intrínsecas do mundo rural – o contato com a natureza, a liberdade de movimentos, a purificação espiritual pelo trabalho físico, o contato imediato com as fontes de vida – quando contraposto à civilização urbana

industrial. Por isso, o primeiro projeto esboçado pelo personagem central é a fundação de uma *colônia de iguais* no campo, não apenas dotada de princípios morais renovados, no sentido da coletivização da produção e do igualitarismo, como de recursos tecnológicos atualizados. Esse projeto rural acaba não se concretizando, mas a doutrinação que o ideólogo veio a exercer na cidade misturava em iguais doses a leitura de autores anarquistas, cristãos e comunistas, e a instrução do trabalhador para o conhecimento técnico, a manipulação de maquinismos e a adoção de processos aprimorados de trabalho.

A literatura libertária reservaria, portanto, um papel de fundamental importância ao mundo rural em suas propostas de transformação da sociedade brasileira. Em *Regeneração: romance social*, Curvelo de Mendonça imaginou o processo de estabelecimento de uma comunidade rural no interior do nordeste brasileiro, o engenho *Jerusalém*. A situação inicial do engenho, retratada pelo escritor nessa obra publicada em 1904, corresponde a uma das formas de representação do campo brasileiro mais comuns no início do século XX, a de um espaço econômico e social em trajetória de decadência, onde trabalhadores indolentes arrastavam-se numa existência de miséria e degradação, em meio à cobiça, à ignorância e ao materialismo de seus proprietários. O instrumento da grande mudança social que virá estabelecer um novo patamar de prosperidade para o engenho é, a princípio, a *emancipação espiritual* dos trabalhadores, ou seja, sua doutrinação a partir de princípios hauridos de ideologias reformadoras de tonalidades anarquistas, comunistas e cristãs: o *amor livre*, a solidariedade, o coletivismo e, ao mesmo tempo, o conhecimento técnico e o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, de forma a possibilitar a melhoria da produtividade da terra. A defesa da *racionalização* da produção e a *reforma moral* dos trabalhadores são os instrumentos da grande mudança que, iniciada num espaço restrito tendia, na visão idealista do escritor, a difundir-se indefinidamente sem encontrar resistência dos demais engenhos, que se deixariam naturalmente converter aos princípios da sociedade nova, não apenas mais justa e igualitária, como sobretudo mais próspera. *Jerusalém* naturalmente se transformaria, assim, num *Estado dentro do Estado*.⁶

Nessa literatura de vieses reformistas e libertários publicada no Brasil do início do século XX, poucas obras são tão eloqüentes quanto *Redenção*, de Veiga Miranda, especialmente por sua tentativa de operar uma espécie de revisão crítica da história social brasileira, do ponto de vista das conseqüências da escravidão negra, da miscigenação e do conflito entre as raças, somadas naquele momento à problemática da imigração européia e de sua integração à sociedade brasileira. Retomando a história da colonização brasileira, o autor acreditou encontrar os fundamentos da situação de decadência econômica e de degeneração social que ele diagnosticava no Brasil da época. A escravidão teria afetado a valorização social do trabalho, criando entre as elites uma acentuada repulsa ao trabalho na terra, ao passo que a tolerância ao contato entre as raças formara uma etnia mestiça naquele momento desacreditada e lançada a uma existência nômade, por ter sido

deserdada da propriedade territorial. À exploração e ao abandono do escravo o autor soma o uso inconsciente da terra e o desperdício das riquezas do país, que seriam perceptíveis, naquele momento, pelo empobrecimento da paisagem e pelo esgotamento dos recursos naturais. A *redenção* viria por meio de um projeto de incorporação progressiva do mestiço à sociedade brasileira, à medida que este tivesse acesso à propriedade da terra, pela divisão dos latifúndios, e ao conhecimento tecnológico capaz de reabilitar o trabalho na terra, multiplicando sua produtividade. A reforma das elites é também, neste como em outros romances, uma etapa necessária da transformação social, sobretudo porque a ela cabem as iniciativas e a condução do processo regenerador. Tal reforma é aqui representada pela conversão de um melancólico e improdutivo acadêmico de direito em um estudioso autodidata em várias áreas do conhecimento científico, na busca de novidades técnicas passíveis colaborar para o desenvolvimento de *processos racionais de cultura*. Os engenheiros são figuras centrais na renovação social retratada pelo romance, pois coube a eles dividir os latifúndios e desenvolver a moderna infraestrutura de transporte e energia necessária ao aprimoramento do sistema produtivo. O resultado é uma imediata reabilitação da sociedade brasileira, à medida que os mestiços são retirados de sua indolência, conquistando a propriedade da terra e se fixando a ela. Os imigrantes estrangeiros, até então desiludidos com a realidade brasileira, são incorporados a este projeto de aprimoramento produtivo e social, enquanto a elite proprietária se vê também beneficiada à medida que é removida de sua condição de ociosidade e alienação.⁷

Redenção, regeneração, ressurreição – a mobilização destes e de diversos outros termos e imagens de conotação mística e religiosa dão uma boa medida do conteúdo messiânico desta literatura, que colocou a ficção a serviço de suas propostas de reforma social, todas elas fundamentadas na idéia de que a técnica conduziria inegavelmente ao progresso social e à prosperidade econômica. Sem negar a variedade das convicções políticas que fundamentaram esta escrita utópica, deve-se ressaltar a talvez inesperada confluência entre projetos afinados com os interesses das elites agrárias, por um lado, e escritos que evocam as doutrinas comunistas e anarquistas, por outro.⁸ Afinal, ao defender a adoção de uma racionalidade modernizadora, essa literatura acabou por afirmar repetidas vezes sua absoluta confiança na marcha irrefreável do progresso. Nos romances aqui apresentados, os projetos reformistas realizam-se com natural rapidez e constância, pelas mãos de líderes capazes de aliar os dois pólos opostos tantas vezes evocados por esta literatura: a utopia e a realidade, ou o ideal e a prática. Essa convicção da inevitabilidade da reforma social e econômica, que poderia encontrar alguma resistência inicial mas que naturalmente seria capaz de se impor por sua maior racionalidade, repousa, certamente, na ênfase em seu aspecto tecnológico, que confere mesmo às narrativas libertárias uma aparente neutralidade. Ainda que os

princípios da reforma social pudessem ser questionados, não havia como negar ao conhecimento científico aplicado sua revolucionária eficiência.

¹ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

² LAJOLO, Marisa. Jeca Tatu em três tempos. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 101-105. SALIBA, Elias Thomé. Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira. Da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 128.

³ ALMEIDA, Julia Lopes de. *Correio da roça*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris: Aillaud, 1913. p. 15-16.

⁴ BARNESLEY, Godofredo Emerson. *Regeneração nacional: crônica da sociedade brasileira futura. Ou S. Paulo no ano 2000*. São Paulo: Rothschild, 1909. p. 299.

⁵ THEOPHILO, Rodolpho. *O reino de Kiato: no paiz da verdade*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.

⁶ MENDONÇA, M. Curvello de. *Regeneração: romance social*. Rio de Janeiro: Garnier, 1904. p. 224.

⁷ MIRANDA, Veiga. *Redempção*. São Paulo: O Pensamento, 1914.

⁸ HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 289-305.